

AUTONOMIA E EDUCAÇÃO EM IMMANUEL KANT

*Vicente Zatti*¹

¹ Mestre em Educação (UFRGS).

E-mail: vicentezatti@yahoo.com.br

ZATTI, Vicente. Autonomia e educação em Immanuel Kant. *Revista Mosaicum*, Teixeira de Freitas, Núcleo de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão da Fasb, n. 8, ago./dez. 2008, p. 79-91. ISSN 1808-589X.

Resumo: Nosso tempo é marcado pela massificação: há uma tendência em absorver modas, hábitos, idéias, de forma acrítica. Frente a essa realidade a educação possui um papel muito importante: formar homens capazes de autonomia, capazes de pensar por si mesmos, capazes de serem construtores da própria existência. Neste artigo, nossas reflexões sobre essa questão filosófico-educacional são inspiradas em Immanuel Kant. O filósofo atribui à educação a função de formar o homem. Propõe uma educação que discipline para que a criança não aja orientada por impulsos e, assim, possa abrir espaço para a razão. Propõe uma educação para a autonomia em que a criança é educada para agir de acordo com os próprios princípios racionais. Todos os aspectos da educação, a educação do corpo, a educação intelectual, a educação moral, visam levar o homem à emancipação e autonomia, para que possa pensar por si mesmo e ser o construtor da própria existência.

Palavras-chave: Filosofia da educação, autonomia, emancipação.

Abstract: Our times are marked by massification: there is a tendency to absorb fashion trends, habits, ideas, in an uncritical fashion. Faced with this reality, education performs a very important role: that of forming men capable of autonomy, capable of thinking for themselves, capable of being constructors of their own existences. In this article, our reflections about this philosophical-educational matter are inspired by Immanuel Kant. The philosopher ascribes to education the task of forming man. He proposes an education which disciplines, so that the child is not guided by impulses and, thus, may open up space for reason. Kant proposes an education for autonomy, in which the child is educated to act according to her own rational principles. All aspects of education, education of the body, intellectual education, moral education, aim to bring man to emancipation and autonomy, so that he may think for himself, and be the constructor of his own existence.

Keywords: Philosophy of education, autonomy, emancipation.

Artigo recebido e aprovado em outubro de 2008.

1 Introdução

O filósofo Immanuel Kant (1724-1804), que viveu toda sua vida em Königsberg, antiga Prússia Oriental, é um dos maiores filósofos da chamada Filosofia Moderna e uma das grandes influências ao pensamento ocidental. Neste artigo revisitamos o pensamento filosófico-pedagógico kantiano, buscando explicitar a enorme influência de suas concepções nos sistemas educacionais que se constituíram a partir da modernidade. Além disso, buscamos refletir sobre a atualidade de um pensamento que visa educar o homem para o pensar autônomo.

Em termos gerais autonomia é a condição de alguém que possui o poder de agir de acordo com as próprias leis. Não se entende esse poder como algo absoluto e ilimitado, também não se entende como sinônimo de auto-suficiência. Autonomia é oposta à heteronomia, condição de alguém que se guia por leis que não são suas. Toda a filosofia prática de Kant é pensada com o objetivo de demonstrar a radicalidade da autonomia humana. Mas vejamos qual é a concepção de autonomia elaborada pelo filósofo. Para ele, a autonomia está ligada tanto à independência da vontade em relação a todo objeto de desejo (sentido negativo da liberdade), quanto à capacidade de determinar-se em conformidade com a própria lei, que é a da razão (sentido positivo da liberdade). Para o filósofo, o princípio da autonomia é o imperativo categórico, cuja formulação geral é: “Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal” (KANT, 1974a, p. 223). Tal princípio só é possível na pressuposição da liberdade da vontade. A vontade deve querer a própria autonomia e sua liberdade consiste em ser lei para si mesma. A formulação do imperativo categórico que se refere à autonomia é “a idéia da vontade de todo ser racional concebida como vontade legisladora universal” (KANT, 1974a, p. 231). Segundo tal princípio, a vontade absolutamente boa não é simplesmente submetida à lei universal, mas sim submetida de tal maneira que tem de ser considerada também como legisladora ela mesma, por isso é submetida à lei que ela mesma é autora. Mas, para que haja autonomia, a lei promulgada pela vontade terá de ser uma lei universal, válida para todo ser racional. Nesse sentido, “A autonomia da vontade para Kant é a característica da vontade pura enquanto ela apenas se determina em virtude da própria essência, quer dizer, unicamente pela forma universal da lei moral, com exclusão de todo motivo sensível” (LALANDE, 1999, p. 115). Em caso contrário, a lei estará condicionada a algum interesse subjetivo, e a vontade será dependente do objeto de interesse e, portanto, heterônoma, pois “[...] quando a vontade busca a lei que deve determiná-la, em qualquer outro ponto

que não seja a aptidão das suas máximas para a sua própria legislação universal, quando, portanto, passando além de si mesma, busca essa lei na natureza de qualquer dos objetos, o resultado é então sempre heteronomia” (KANT, 1974a, p. 239). Quando a vontade é autônoma, promulga leis universais, isentas de todo interesse, que reclamam a obediência por puro dever, que é a própria idéia do imperativo categórico. A essa idéia de autonomia se prende a idéia de dignidade da pessoa. O ser racional ao participar da legislação universal, ao se submeter à lei que ele próprio se confere, é fim em si, não possui valor relativo, mas uma dignidade, um valor intrínseco. A autonomia é, pois, “o fundamento da dignidade da natureza humana e de toda a natureza racional” (KANT, 1974a, p. 235).

2 A pedagogia kantiana e autonomia

Kant não foi um estudioso de educação, mas interessou-se pela questão. Entre 1776 e 1787, o filósofo ministrou cursos de Pedagogia como parte de suas incumbências de professor universitário. Os manuscritos desses cursos foram organizados e publicados por seu aluno Theodor Rink com o título *Sobre a Pedagogia*. Kant (1996, p. 12) inicia essa obra afirmando que o homem é a única criatura que precisa ser educada. Só ele possui um vir a ser, um tornar-se, só ele existe temporalmente, e nisso se diferencia dos outros animais. É a liberdade que confere ao homem um nada do qual ele precisa desvencilha-se pelo seu vir a ser.

Nesse contexto surge a tarefa central da educação: orientar um ser que é livre por não ter essência determinada e, que por isso, pode tomar diferentes direções. O fato da liberdade confere ao homem a responsabilidade por si mesmo. Mas se uma razão externa guiar o homem, ele não será livre, estará em heteronomia. Para ser autônomo o sujeito deve extrair o princípio de sua ação de si mesmo, de sua própria razão.

A tese kantiana da autonomia se radica em sua Revolução Copernicana, a razão dá a si mesma a lei, não podendo guiar-se pela lei que lhe seja externa. Portanto, cabe à educação orientar o homem para que ele aprenda a extrair os princípios de suas ações de sua própria razão.

Para Kant (1996, p. 30), a ação educativa precisa também seguir a experiência. A educação não deve ser puramente mecânica e nem se fundar no raciocínio puro, mas deve apoiar-se em princípios e guiar-se pela experiência. Para o filósofo, uma educação que vise formar sujeitos autônomos deve unir lições da experiência e projetos da razão. Essa imprescindibilidade da experiência como caminho para a educação possui, segundo Pilonenko (1966, p. 25-6), uma razão metafísica, a liberdade humana. Na condição de livre, o homem não pode ser objeto de ciência, de conhecimento, como pretendiam os iluministas. Apenas os fenômenos possuem uma essência determinada pelas leis da natureza e, dessa forma, podem ser conhecidos. No entanto, dizer que um ser é livre é dizer que ele não tem essência que determine a sua existência, ou ainda, não ter essência determinada é o que faz do homem livre. Mas se o homem não pode ser conhecido, podemos ao menos pensá-lo, desde que não se caia em contradição. Por não ser extraída da experiência, a liberdade é considerada condição

de possibilidade de toda experiência. Essa é a razão metafísica que leva Kant a conceber a educação como uma arte e não como conhecimento e também, a ligar a educação de forma inseparável à experiência. “A educação é uma arte, cuja prática necessita ser aperfeiçoada por várias gerações” (KANT, 1996, p. 19).

Para o filósofo de Königsberg, a educação é concebida como reflexão sobre a experiência de toda humanidade, e possui como princípio regulador a liberdade, que é não apenas um fato mas também um ideal. Exatamente porque o ideal, totalmente determinado pela razão e apresentando uma perfeição, não pode ser encontrado na experiência é que ele pode, por isso mesmo, ser capaz de guiar a experiência rumo à realização dessa perfeição; logo, a idéia prática é sempre profundamente fecunda e indispensavelmente necessária com relação às ações reais. Kant aplica exatamente essa problemática originária da filosofia prática à educação, atribuindo como fim a esta última o aperfeiçoamento da natureza humana. (apud VINCENTI, 1994, p. 78-9).

A liberdade impede que o homem seja conhecido, seja objeto de ciência e permite a experiência orientada por um ideal. Por isso, o homem não deve apenas ser livre, mas apossar-se de sua liberdade e ser seu próprio mestre. Para tal, deve superar a liberdade anárquica, a liberdade como espontaneidade para se elevar à liberdade racional que é liberdade como autonomia. Aliás, o problema educacional central em Kant é a superação da liberdade como espontaneidade para a liberdade que se impõe regras de forma racional, ou seja, liberdade segundo a lei universal e, por isso, possibilitadora de autonomia.

Para Kant, é pelo fato de o homem ser livre que ele pode ser educado. Mas, a liberdade está inclinada para o bem ou para o mal? Kant não fala em uma natureza humana exatamente má, mas o homem não nasce isento de vícios. No entanto, ao mesmo tempo em que nasce com disposição para seguir impulsos, vícios, o homem nasce com a lei moral dentro de si. Em *Sobre a Pedagogia* afirma que “[...] A única causa do mal consiste em não submeter a natureza a normas. No homem não há germes senão para o bem” (KANT, 1996, p. 24). Com isso quis dizer que não pode se afirmar no homem uma vontade, uma razão praticamente legisladora que desejasse o mal. Então considerando seu caráter inteligível, a humanidade é integralmente boa. Cabe ao homem optar por guiar-se pela sua razão ou não. Mas ele será autônomo na condição de guiar-se pela razão, por isso a educação deve objetivar a racionalidade. Isso porque o ser racional pode promulgar para si a lei universal e assim, ser autônomo. Essa possibilidade de escolha é o que torna possível a educação. Já que o homem não nasce determinado para o bem ou para o mal, Kant propõe uma educação como aprendizagem do exercício das regras, no plano teórico e prático.

Kant pensa o homem como participante de dois mundos, o mundo da causalidade no qual não é possível prever grau de liberdade para um fenômeno físico e, o mundo da liberdade que é o âmbito da razão prática no qual é possível liberdade. Kant alinha os mundos sensível e inteligível com os mundos da natureza e da liberdade, respectivamente. O homem é considerado como fenômeno, sujeito à necessidade natural, e como coisa em si, ou livre. A liberdade só é possível porque a coisa em si não está determinada e, portanto, não é cognoscível. Em sua *Crítica da razão pura*, o mundo inteligível admissível é o mundo moral, o principal objeto desse mundo é a liberdade, a

qual manifesta o caráter inteligível do sujeito liberto das influências da sensibilidade. Na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, o mundo inteligível é identificado com o mundo dos seres racionais. Como Kant pensa o homem como participante do mundo sensível e do inteligível, ele pensa que a educação deve disciplinar para impedir que a selvageria, a animalidade prejudique o caráter humano, deve tornar o homem culto dando-lhe habilidades para alcançar os seus fins, deve tornar o homem prudente dando-lhe civilidade e deve moralizá-lo para que possa escolher os bons fins.

Segundo o próprio Kant (1996, p. 34), um dos maiores problemas da educação é poder conciliar a submissão às leis com o exercício da liberdade. Para ele, a educação deve ter uma parte negativa que chama de disciplina. A disciplina educa para a obediência. No entanto, a obediência possui dois aspectos. O primeiro deve ser obediência absoluta das determinações de um governante e o segundo é a obediência à vontade que o próprio sujeito reconhece como racional e boa. (KANT, 1996, p. 82). Por isso, para Kant a disciplina não é oposta à autonomia, ao contrário, a disciplina é necessária para que o homem aprenda a guiar sua vontade pela razão e assim possa ser autônomo. Esse problema, em Kant, também está enraizado na condição metafísica do homem: bom, segundo o caráter inteligível e mau, segundo o caráter sensível. O homem é mau enquanto vive em um estado selvagem, em estado da natureza. O homem pode ser bom ao elevar-se à consciência do dever e da liberdade racional que define a idade da cultura. Assim, a autonomia seria alcançada na medida em que a pulsão racional subjuga a pulsão irracional. Aqui as influências do pensamento kantiano sobre o modelo escolar criado a partir da modernidade ficam bastante evidentes. Para aprofundar o estudo, vejamos os três períodos da educação pensados por Kant: educação do corpo, educação intelectual e educação moral.

2.1 Educação do corpo

A educação do corpo se refere aos cuidados materiais dispensados por quem cuida da criança. A primeira parte da educação do corpo deve ser puramente negativa, ou seja, a vontade deve ser dobrada logo cedo, mas sem torná-la vontade escrava. Kant alerta que se acostumarmos os bebês a terem todos seus caprichos satisfeitos, seu coração e seus costumes serão corrompidos e afirma que “[...] A primeira perdição das crianças está em curvar-se ante sua vontade despótica, de modo que elas possam conseguir tudo com seu choro” (KANT, 1996, p. 47). Para Kant, quanto mais seguir suas inclinações espontâneas, menos livre um homem será. Por isso, para formar um homem autônomo, as inclinações espontâneas não devem sempre ser atendidas e satisfeitas.

Na infância, Kant (1996, p. 49) aconselha a deixar as crianças usarem os instrumentos naturais, especialmente as mãos, deixar que aprendam muitas coisas por si mesmas. Kant cita o exemplo da escrita afirmando ser possível a criança aprender a escrever por si mesma. Isso seria possível ao fazer a criança desenhar os objetos por livre e espontânea vontade, evoluindo depois para letras. Isso demonstra a preocupação de Kant com um método

ativo para educar e com o papel do sujeito na construção do conhecimento. Há, em Kant, a prevalência da aprendizagem sobre o ensino, na medida em que o processo de ensino-aprendizagem deve ser conduzido de tal forma que o educando possa desenvolver suas capacidades e orientar-se pela própria razão. Isso está em consonância com sua concepção de ser humano como sujeito autônomo, ou seja, ser humano que possui em si o sentido da própria existência. A partir de Kant, os dois aspectos principais que devem ser observados quanto à educação do corpo a fim de gestar nas crianças a autonomia são: educá-las para que não sejam escravas das próprias inclinações e assim possam seguir a própria razão e proporcionar uma educação ativa para que as próprias crianças por meio de suas atividades possam ir se desenvolvendo e desenvolvendo seus conhecimentos.

2.2 Educação intelectual

Kant (1996, p. 62) inicia referindo-se à educação intelectual como cultura da alma, e considera como física tanto a formação do corpo quanto a formação da alma. Essa formação física da alma se diferencia da formação moral, pois a última se refere à liberdade e aquela apenas à natureza. Kant (1996, p. 63) divide a cultura física do espírito em livre e escolástica. A primeira é semelhante a um divertimento e se encontra naturalmente no aluno, a segunda é “coisa séria” e deve ser considerada submetida a uma obrigação. A cultura livre deve ser um divertimento e a cultura escolástica um trabalho para a criança. Podemos perceber em Kant, uma crítica as pedagogias que reduzem a educação a métodos agradáveis de aprendizagem. É preciso dedicar horários diferentes a ambas formas de cultura. O lazer é agradável em si e não precisa propor-se algum fim, por exemplo, quando se sai a passear, o próprio passeio é o objetivo e, quanto mais longa a caminhada, mais agradável. Já o trabalho não é espontaneamente agradável, pois depende de uma escolha de boa vontade e se propõe a fins, a objetivos. O trabalho exige disciplina e possibilita o cultivo da habilidade. É importante que as crianças aprendam a trabalhar. O homem é o único animal que necessita trabalhar.

Para Kant, “O homem pode ser, ou treinado, disciplinado, instruído mecanicamente, ou ser em verdade ilustrado” (1996, p. 27). Os animais são treinados e o homem também pode sê-lo, mas para este, o treinamento é insuficiente. O treinamento não é um fim e por isso não pode ser usado como conceito sintético que mediatiza natureza e cultura, animalidade e humanidade, disciplina e liberdade. Como a educação consiste em exercer uma espécie de imposição de limites sobre o estado da natureza a fim de que a liberdade possa se expandir abrindo espaço para a cultura, Kant busca um conceito sintético que concilie essa passagem e os dois conceitos de liberdade subsumidos nela, liberdade como espontaneidade e liberdade como autonomia. Indica esse conceito sintético no conceito de trabalho. “É de suma importância que as crianças aprendam a trabalhar. O homem é o único animal obrigado a trabalhar. Para que possa ter seu sustento, muitas coisas deve fazer necessariamente para tal” (KANT, 1996, p. 65). O trabalho traz consigo a necessidade, a submissão ao outro, o peso do mundo, mas ao mesmo tempo o trabalho é liberdade, pois nele o homem se descobre obra de si mesmo. Assim, liberda-

de e obediência são unidas sinteticamente na noção de trabalho, mediante a passagem da natureza à cultura.

A partir de Kant, somos levados a pensar uma educação intelectual que busca desenvolver as diferentes potencialidades humanas, não apenas, por exemplo, a memorização. A educação deve ter uma certa finalidade interna e o exercício de uma faculdade contribui para o aperfeiçoamento das demais. Está aqui contida uma crítica ao ensino tradicional, já que sacrifica o entendimento, o juízo e a razão mesma em função de privilegiar a memorização. Ele considera o cultivo da memória necessário, já que o entendimento não acontece senão após impressões sensíveis e cabe à memória guardá-las. No entanto uma cultura fundada exclusivamente na memória é superficial, pois forma pessoas que não podem produzir por si mesmo algo razoável constituindo-se, no dizer de Kant (1996, p. 67), metaforicamente, “burros de carga do Parnaso” e, deformada porque aniquila o julgamento.

Também, a memória é uma potência inferior e não tem por si mesma nenhum valor e deve ser cultivada em função das demais potencialidades, em especial do entendimento e do julgamento. Reduzir a aprendizagem à memorização é negar uma especificidade característica do espírito humano, sua atividade livre e criativa. O perigo que subjaz numa educação que prime pela memória é que esta leve o homem à servilidade. Uma pessoa servil não é capaz de se dar às próprias regras a não ser imitar ou obedecer aos demais, caracterizando uma situação de heteronomia. Kant contrapõe o verbalismo da memorização sistemática em favor do realismo pedagógico. Para Kant, “A memória deve ser ocupada apenas com conhecimentos que precisam ser conservados e que têm pertinência com a vida real” (1996, p. 69). Nesse sentido, ele sugere a História como um meio excelente para exercitar o entendimento no julgar.

A educação que visa formar para a autonomia deve desenvolver as capacidades de seus alunos para que tenham condições de perseguir as metas a que se propõe livremente. Os conhecimentos aprendidos na escola são importantes por instrumentalizarem os sujeitos a realizar seus projetos aos quais se propõe racional e livremente.

2.3 Educação moral

No pensamento educacional kantiano, com a educação moral chegamos ao termo do desenvolvimento dos outros momentos da educação. Segundo Kant (1996, p. 12), na primeira infância a criança se encontra em estado de selvageria, que consiste na independência de qualquer lei. Por isso, os pais devem dispensar cuidados para impedir que as crianças façam uso nocivo de suas forças, e não prejudiquem a si e aos outros. Nos animais uma razão exterior (instinto) tomou antecipadamente todos os cuidados necessários, por isso eles não são autônomos. Mas o homem não tem instinto, precisa formar o próprio projeto de conduta e necessita da própria razão. É a disciplina que submete as crianças às leis da humanidade e as faz sentir a força das próprias leis. Dessa forma, a disciplina é uma passagem necessária para que, quando adulto, o sujeito não necessite mais dos outros para agir moralmente e possa

ser autônomo. A educação para a autonomia em Kant não se funda na disciplina, embora ela seja necessária para “domar as paixões” e “abrir espaço para a razão”.

Segundo Kant (1996, p. 80), a cultura moral deve fundar-se sobre máximas e não sobre a disciplina. A disciplina não se justifica por si mesma, ela é necessária na medida em que prepara a inserção no universo da razão. É preciso acostumar as crianças a agirem segundo máximas e não segundo motivos. O primeiro esforço da cultura moral é lançar fundamentos para a formação do caráter, pois o “caráter consiste no hábito de agir segundo certas máximas” (KANT, 1996, p. 81). Assim, para formar o caráter da criança é necessário firmeza, ou seja, regular sua vida atribuindo tempo para cada atividade e prezar pela ordem. É essencial conduzir as crianças a decisões sobre pequenas coisas e em seguida manter o cumprimento delas com firmeza. Pode-se deixar as crianças escolher de modos diferentes, mas as escolhas feitas que foram dadas a si como lei devem ser cumpridas. A partir do pensamento kantiano, é por meio da aquisição dessa firmeza que a criança formará seu caráter, aprenderá a agir segundo as suas máximas, segundo as regras que ela dá a si mesma, aprenderá a agir autonomamente.

Para Kant (1996, p. 82), a formação do caráter possui três traços essenciais: a obediência, a verdade e a sociabilidade. A obediência possui um duplo aspecto, ela pode ser obediência absoluta ou obediência reconhecida como boa e razoável. A primeira procede da autoridade e é importante para que a criança aprenda o respeito às leis que deverá seguir como cidadão. Mas a mais importante é o segundo tipo de obediência que é voluntária. Como já vimos, a obediência deve interiorizar-se para ser obediência a si mesmo, o que possibilitaria pensar por si mesmo, como ser racional e ser autônomo. O segundo traço que se deve ter em vista na formação da criança é a veracidade, tendo em vista que “é o traço principal do caráter. Uma pessoa que mente não tem caráter e, se há nela algo de bom, deriva-se do temperamento” (KANT, 1996, p. 86). Verdade é sempre pensar de acordo consigo próprio, e mentir é entrar em desacordo consigo mesmo. Esse desacordo promove o rebaixamento da dignidade humana. Portanto, em Kant, a idéia de verdade está ligada à idéia de dignidade, e esta, à idéia de autonomia. O terceiro traço da formação do caráter é a sociabilidade. Ela envolve a disposição de sempre entender e se colocar na posição do outro.

A consolidação do caráter consiste na resolução firme de pensar algo e realmente colocá-la em prática (KANT, 1996, p. 93). A melhor maneira de solidificar seu caráter moral é através de deveres a cumprir. Esses deveres para consigo se referem à manutenção da dignidade humana em sua própria pessoa, ou para com os demais, se referem ao direito da humanidade. A educação deve fazer a criança perceber a dignidade que há na própria pessoa e em toda humanidade. Ou seja, a consolidação do caráter depende que a criança esteja impregnada não pelo sentimento, mas pela idéia de dever. Já vimos que o homem não é bom nem mau por natureza, porque ele não é moral por natureza, “torna-se moral apenas quando eleva a sua razão até os conceitos de dever e da lei” (KANT, 1996, p. 102). Também vimos que para Kant, as inclinações e os instintos impulsionam para os vícios, enquanto a razão impulsiona para a moralidade. A maior parte dos vícios provém do estado

natural de barbárie animal, por isso nossa destinação é sair desse estado, que é de heteronomia. “[...] há uma lei do dever e esta não deve ser determinada pelo prazer, pelo útil ou semelhante, mas por algo universal que não se guia conforme os caprichos humanos” (KANT, 1996, p. 105). Esse algo universal é o imperativo categórico, lei universal que cada um dá a si pela sua racionalidade e que é o princípio da autonomia.

Assim, há espaço para o dever, que é voz da razão prática e emana da vontade do homem enquanto ser dotado de razão. A disciplina é que prepara a criança para que se submeta à ordem universal, para que a sua vontade só dependa da lei moral. Por isso, a partir de Kant, antes de qualquer coisa, convém ensinar às crianças a lei que elas têm dentro de si. Por isso, a educação é uma das formas de realização da filosofia prática de Kant, por meio da formação da criança, contribui para que na fase adulta possa agir de acordo com a lei moral e assim possa ser autônomo.

3 O homem como construtor de si e pensador autônomo

Em Kant, a realização do bem e da liberdade não dependem do mundo sensível, elas são construções do homem, pois “o que o homem é ou deve vir a ser moralmente, bom ou mau, deve fazê-lo ou sê-lo feito por si mesmo. Ambos devem ser um efeito de seu livre arbítrio” (KANT, 1974b, p. 384). Como no homem as disposições naturais não se desenvolvem por si mesmas, o homem precisa fazer-se, precisa educar e ser educado. É a consequência da liberdade humana, a radical auto-responsabilização que incute no homem a necessidade de fazer a si mesmo. Para Kant, é na medida que o homem se constrói a si mesmo guiado pela sua razão universal que ele pode ser autônomo, porque “o homem é resultado desse processo; é uma construção. O progresso da sociedade vai depender do homem, especialmente no que se refere a sua ação reguladora” (PRESTES, 1993, p. 67).

O pensamento educacional kantiano propõe o acompanhamento da criança para que ela possa tornar-se capaz de se guiar pela razão, o que a torna capaz de ser livre, a torna autônoma. Nesse sentido, refuta o espontaneísmo, a criança precisa ser acompanhada, orientada, disciplinada, incentivada a agir por conta própria, para que deixe de se guiar pela sua natureza, seus impulsos, e se guie pela razão e assim se construa como homem. Para tal, a ação é imprescindível, a criança deve correr, jogar, saltar, etc, exercitar seus sentidos para que suas potencialidades sejam desenvolvidas. Segundo Kant, “aprende-se mais solidamente e se grava de modo mais estável o que se aprende por si mesmo” (1996, p. 75). A educação também deve ser essencialmente raciocinada para que a criança possa aprender a servir-se do próprio entendimento e dar a própria lei em vez de copiar mecanicamente regras, modelos, conhecimentos prontos. Na passividade ninguém é autônomo e não se torna o próprio construtor, para tal é preciso ação racionalmente dirigida.

Kant (1996, p. 88-9), em *Sobre a Pedagogia* afirma que a criança não deve se tornar um imitador cego, sob a pena de que jamais seja um homem ilustrado e de mente serena. No mesmo trecho diz que é insuportável que uma criança queira seguir toda moda. Toda imitação cega nega a condição

antropológica humana de ser construtor de si mesmo, e o lega a uma situação de menoridade. Seguir a moda irrefletidamente, imitar cegamente, memorizar mecanicamente, em suma, repetir passivamente pensamentos de outros, nega a autonomia. O mesmo podemos dizer do treinamento cego. Não é suficiente treinar as crianças, é fundamental que aprendam a pensar. A proposta kantiana é que o homem aprenda a pensar por si mesmo. Dessa forma, “pensar por si mesmo significa procurar em si mesmo a suprema pedra de toque da verdade (isto é, em sua própria razão); e a máxima que manda pensar sempre por si mesmo é o esclarecimento [Aufklärung]” (KANT, 2005b, p. 61). Isso não significa ter muitos conhecimentos, pois muitas vezes, pessoas com riqueza de conhecimentos mostram-se menos esclarecidas que outras desprovidas de tais. Servir-se da própria razão é perguntarmos em tudo que devemos admitir, se a nossa regra ou máxima pode se estabelecer como princípio universal. À educação cabe habituar as crianças e jovens desde cedo a essa reflexão.

Segundo Kant (2005b, p. 59), a liberdade de pensar se opõe à coação civil. Quando esta retira do homem a liberdade de falar, de escrever, também retira a liberdade de pensar, pois nós pensamos em conjunto com as outras pessoas na medida em que nos comunicamos. Portanto, a supressão da liberdade de comunicar também é supressão da liberdade de pensar. Isso também pode acontecer quando alguém não tem acesso à educação formal e de qualidade. Não ter acesso à escola, normalmente faz com que o sujeito esteja impossibilitado de manifestar-se ou não sinta necessidade de fazê-lo. Privar o homem de pensar por si mesmo é privá-lo de sua autonomia. Aqui se percebe a importância de condições que possibilitem a concretização da autonomia, dentre elas, a educação de qualidade.

Fica claro a partir de Kant que pensar por si mesmo não se dá apenas pelo conhecer, apenas pela razão científica, antes de tudo, implica na realização da sua filosofia prática que busca a moralização da ação humana através de um processo racional. E pensar por si mesmo é condição para a autonomia. Pensar por si mesmo envolve o que Kant (2005c, p. 63) define como *Aufklärung*: “esclarecimento [Aufklärung] é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo.”

O *Aufklärung* implica na superação da menoridade, que é uma condição de heteronomia, requer a decisão e a coragem de servir-se de si mesmo, ou seja, de servir-se de sua própria razão para pensar por conta própria, e guiar-se sem a direção de outro indivíduo. Segundo Caygill (2000, p. 184), Kant acreditava que a liberdade para pensar criava a capacidade para agir livremente, embora o contrário não fosse necessariamente verdadeiro. Por isso a autonomia se dá quando se pensa por si próprio.

4 Conclusão

A partir da modernidade a escola se organizou como instituição disciplinar inspirada no pensamento de autores como Kant. Mas o filósofo pensou a disciplina como propedêutica para o verdadeiro objetivo da educação, que é educar para o pensar e para a autonomia. No entanto, a escola, em

muitos momentos e diversas situações, tem feito do modelo disciplinar uma maneira de formar massas obedientes e dóceis. Isso é totalmente oposto ao proposto por Kant. O pensamento de Kant nos propõe uma educação com papel essencialmente emancipatório. Em sua obra, a educação é entendida como processo de formação em que o homem faz a si próprio de acordo com projetos que estabelece racional e livremente para si. O filósofo demonstra que as crianças precisam ser disciplinadas, orientadas, instigadas para que possam aprender a agir de acordo consigo mesmas, de acordo com os próprios princípios, e não apenas de acordo com as influências externas ou impulsos sensíveis. E isso é necessário para que haja espaço para a liberdade e, por consequência, para a autonomia.

A educação para a racionalidade é promotora de criticidade e possui um poder, embora não absoluto, de libertar os homens de alienações e massificações e assim, proporcionar autonomia. O uso crítico da razão possui um poder de levar o homem a pensar e agir por si mesmo. É evidente que depois das críticas à razão realizadas pelos filósofos da suspeita (Marx, Freud e Nietzsche), sabemos que não há uma razão com o status metafísico pretendido por Kant, a razão é condicionada ao seu tempo histórico e influenciada pelas ideologias. Mas isso em vez de negar a importância do uso crítico da razão, o reforça.

É preciso submeter tudo à suspeita e ao constante exame racional crítico. Daí a importância e atualidade de uma educação que ensine a pensar sempre. Em sociedades livres e democráticas, a responsabilidade de ser e vir-a-ser, está sempre lançada sob as mãos dos próprios cidadãos.

O sistema de ensino precisa educar para que esses cidadãos tenham condições de pensar e tomar os rumos da história em suas próprias mãos e não serem massa dirigida por poucos poderosos.

Referências

BRÉHIER, Émile. *Historia de la filosofia*. Tomo Tercero. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, sd.

CAYGILL, H. *Dicionário Kant*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

KANT, Immanuel. A religião dentro dos limites da simples razão. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1974b.

_____. *Crítica da faculdade do juízo*. Trad. Valério Rohden e António Marques. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005a.

_____. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1974a.

_____. Que significa orientar-se no pensamento? In: *Textos Seletos*. Trad. Floriano de Sousa Fernandes. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2005b.

_____. Resposta à pergunta: Que é “esclarecimento”? (Aufklärung). In: *Textos Seletos*. Trad. Floriano de Sousa Fernandes. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2005c.

_____. *Sobre a pedagogia*. Trad. Francisco Cock Fontanella. Piracicaba: Editora UNIMEP, 1996.

LALANDE, ANDRÉ. *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MARTINI, Rosa Maria Filippozzi. Antecipação de Kant ao problema das vertentes epistemológica e ética da educação. *Educação & realidade*. Porto Alegre, 18(2), 109-118, jul./dez. 1993.

PHILONENKO.A. Introduction et Notes. In: KANT, Immanuel. *Reflexions sur l'éducation*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1966.

PRESTES, Nadja Mara Hermann. A educação, a razão e a autonomia. *Educação e filosofia*, Uberlândia, v. 7, n. 13, jan./jun. 1993.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou da educação*. Trad. Sérgio Milhet. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

VINCENTI, Luc. *Educação e liberdade: Kant e Fichte*. Trad. Élcio Fernandes. São Paulo: Editora UNESP, 1994.

